



AUTOBIOGRAFIA: A CONCEPÇÃO LEJEUNIANA E A DIALÉTICA DAS FORMAS

L'AUTOBIOGRAPHIE : LE CONCEPT LEUJEUNIEN ET LA DIALECTIQUE
DES FORMES LITTÉRAIRES

**Guilherme Fernandes da
Rosa***

* guilhermefdr@ymail.com
Leitor de Português (Université de Montpellier III - Paul-Valéry) e
mestre em Estudos Literários e Literatura Brasileira (Universidade
Federal do Rio Grande do Sul).

RESUMO: A teoria sobre a autobiografia escrita por Philippe Lejeune nos anos 70 é, ainda hoje, uma das principais referências para o estudo desta forma literária. A partir da teoria do pacto autobiográfico proposta pelo crítico francês, este ensaio busca revisitar alguns dos seus pressupostos, especialmente aqueles que dizem respeito ao narrador e à relação entre o autor e o leitor. Tomando em consideração os aspectos sociais e históricos que influenciam diretamente as formas literárias e que as põem em contato, o objetivo do presente estudo é refletir sobre os possíveis desdobramentos de uma teoria da autobiografia que considerasse as relações dialéticas que as formas literárias estabelecem entre si dentro do campo literário.

PALAVRAS-CHAVE: autobiografia; romance; dialética.

RÉSUMÉ : La théorie sur l'autobiographie de Philippe Lejeune qui a vu le jour dans le courant des années 70 est, encore de nos jours, l'une des principales références pour l'étude de cette forme littéraire. À partir de la théorie du pacte autobiographique proposée par le critique français, cet essai cherche à revisiter certains de ses propos, surtout ceux concernant le narrateur, mais aussi la relation auteur-lecteur. Tout en considérant les aspects sociaux et historiques qui jouent directement sur les formes littéraires et qui les mettent en contact les unes avec les autres, l'objectif de cette étude est de réfléchir sur les développements possibles d'une théorie de l'autobiographie qui considérerait les relations dialectiques établies entre les différentes formes littéraires à l'intérieur du champ littéraire.

MOTS-CLÉS : autobiographie ; roman ; dialectique.

O presente artigo tem por objetivo revisitar a teoria sobre a autobiografia produzida pelo teórico francês Philippe Lejeune. Muitos aspectos de suas proposições já foram alvos dos críticos: a questão da identidade do autor, narrador e personagem, a distinção entre real e ficcional, e a própria noção de pacto autobiográfico.¹ Todavia, aqui buscamos uma abordagem pouco usual, cotejando alguns aspectos históricos e sociais com os aspectos formais da autobiografia. Para tanto, as bases da discussão serão estabelecidas a partir de teóricos com foco na análise de romances e um tanto alheios ao campo da autobiografia como Franco Moretti (2003 e 2007), Ian Watt (2010) e Mikhail Bakhtin (1988), além dos aportes da História e de alguns autores já conhecidos por seus escritos sobre a autobiografia, como Jean Starobinski (1991) e Leonor Arfuch (2010).

AS BASES TEÓRICAS DA AUTOBIOGRAFIA: O PACTO AUTOBIOGRÁFICO

Impossível negar a importância de Philippe Lejeune no quadro dos estudos teóricos a respeito da autobiografia. O seu *O pacto autobiográfico*, publicado pela primeira vez em 1975, é até hoje uma das mais importantes balizas dos trabalhos sobre a forma, o que atesta a qualidade e validade de suas proposições, especialmente aquelas que se referem ao pacto autobiográfico, cerne de sua teoria.

Ressalvando que suas análises são feitas a partir da “posição do leitor”, logo de pronto Lejeune propõe uma definição para *autobiografia*. “DEFINIÇÃO: narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua vida individual, em particular a história de sua personalidade.”²

Segundo o teórico francês, todos os postulados presentes nessa definição (narrativa em prosa; vida individual; identidade autor-narrador-personagem; perspectiva retrospectiva) devem ficar evidentes para o leitor. É nessa clareza que se baseia o *pacto de leitura*, transformando-se numa espécie de confiança do leitor naquilo afiançado pelo autor, sem ambiguidades. É o que ele afirma peremptoriamente: “Já a autobiografia não comporta graus: é tudo ou nada. [...] A autobiografia não é um jogo de adivinhação, mas exatamente o contrário disso.”³ No entanto, não se pode ignorar que há casos limítrofes e ambíguos, como, por exemplo, o romance autobiográfico.

Para distinguir a autobiografia do romance autobiográfico, Lejeune recorre então a outro pacto, ao qual o pacto autobiográfico se opõe: o *pacto romanesco*. Esse último é definido essencialmente pelo “atestado de ficcionalidade”⁴ (o nome *romance* estampado na capa do livro, por exemplo) e pela patente não-identidade entre as três instâncias mencionadas anteriormente – autor, narrador e personagem.

1. Ver, por exemplo, a obra de Damien Zanone (2006) *Écrire son temps: les Mémoires en France de 1815 à 1848*. Há ainda a excelente tese de Raquel Souza (2002) *Boitempo: a poesia autobiográfica de Drummond*.

2. LEJEUNE. *O pacto autobiográfico*, p. 16.

3. LEJEUNE. *O pacto autobiográfico*, p. 29 e 30.

4. LEJEUNE. *O pacto autobiográfico*, p. 32.

Com isso, Philippe Lejeune leva o pacto autobiográfico para o lado oposto, caracterizando-o pela tríplice identidade dessas instâncias e pela referencialidade, quer dizer, por um referente externo ao texto no qual este se ancora. Essa é uma das conclusões essenciais do teórico francês na definição da autobiografia e do pacto autobiográfico:

Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de *verificação*.⁵

Oposição a todas as formas de ficção; discurso científico ou histórico; prova de verificação: para Lejeune, todas essas características compõem a autobiografia e estão ausentes no romance, opondo as duas formas e os dois pactos de leitura – o autobiográfico e o romanesco. Segundo ele, o pacto autobiográfico tem por base não a verossimilhança, característica do pacto romanesco, mas a semelhança. A diferença, aponta o teórico francês, é que a verossimilhança promove o efeito do real ao passo que a semelhança seria a imagem do real.

Pares opostos, portanto. Eis a forma pela qual Philippe Lejeune diferencia a autobiografia das formas ficcionais.

Mas serão essas oposições sempre tão claras e esses pares sempre opostos?

UM POUCO DE HISTÓRIA

É certo que o modelo teórico da autobiografia construído por Lejeune se baseia num certo modelo autobiográfico, criado num dado momento histórico. Para ele, Rousseau e suas *Confissões* formam uma espécie de “ideal do que se acredita ser a essência do gênero”,⁶ de maneira que, na França, “Rousseau estabeleceu uma espécie de modelo que por muito tempo envolveu os autobiógrafos”.⁷ Entretanto, adotando as *Confissões* como modelo para seu *pacto autobiográfico*, Lejeune nega a existência de autobiografias – com o rigor que ele próprio dá ao nome – antes de Rousseau, já que elas não preenchem os critérios estabelecidos na sua definição. Veja-se bem: não é que não existissem autobiografias (o próprio Lejeune reconhece que existiam), elas só não possuíam as estruturas encontradas por ele na autobiografia de Rousseau. Logo, ele conclui que não seriam autobiografias na exata acepção do termo. Mas façamos um breve resgate histórico e vejamos a trajetória da autobiografia até o século XVIII para que possamos chegar a algumas conclusões.

Em *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (1988), Mikhail Bakhtin traz um capítulo dedicado à

5. LEJEUNE. *O pacto autobiográfico*, p. 43.

6. LEJEUNE. *Le pacte autobiographique*, p. 318, tradução nossa.

7. LEJEUNE. *Le pacte autobiographique*, p. 317, tradução nossa.

biografia e à autobiografia antigas – nomenclatura que inclusive antecipa sua posição teórica. Sem entrar nas questões de diferenciação dos diversos tipos de autobiografia existentes, retenho aqui somente o que interessa para o presente artigo, quer dizer, o que me parece ser o ponto fundamental de distinção das autobiografias antigas e das autobiografias modernas: a presença do indivíduo e, sobretudo, da individualidade.

Bakhtin começa pela Grécia, identificando o ato autobiográfico à exposição pública na praça (*ágora*):

[E]ssas formas clássicas de autobiografias e biografias não eram obras de caráter livresco, desligadas do acontecimento político social e concreto, e da sua publicidade retumbante. Ao contrário, elas eram inteiramente definidas por esse acontecimento, eram atos verbais cívico-políticos, de glorificação ou de autojustificação públicas.⁸

Dessa forma, os indivíduos davam-se a conhecer aos outros cidadãos da polis através da exposição e recapitulação de sua vida.⁹ O ato não é em nada diverso daquele presente nas autobiografias modernas: dar-se a conhecer a determinado público através da exposição de sua vida; contar sua própria vida. No entanto, a noção de indivíduo – noção moderna do pós-Revolução Francesa – na Grécia era inexistente. Cada cidadão grego só era, de fato, cidadão,

na *pólis*, dentro do conjunto da coletividade que esta representava e, sobretudo, através de sua atuação política, ou em última análise, através de sua atuação pública.¹⁰ Nesse sentido,

Para o grego da época clássica, toda existência era *visível e audível*. [...] Uma vida interior muda, uma pena muda, uma reflexão muda, eram totalmente estranhas ao grego. Tudo isso, ou seja, toda uma vida interior, podia existir, mas se manifestava do lado de fora, sob uma forma sonora e audível.¹¹

Sendo assim, não era possível uma autobiografia no sentido moderno referido anteriormente. A história do indivíduo, da sua personalidade, não podia existir na Grécia antiga da mesma forma que existia na Europa do século XVIII. Todavia, poder-se-ia dizer que não se tratava de autobiografia o que faziam os gregos? E no caso dos romanos?

Na Roma antiga acontecia algo semelhante. Lembremos, contudo, de que o Império Romano era muito diferente das *póleis* gregas. Roma, em dado momento, chegou a ter aproximadamente um milhão de habitantes – números grandiosos para a época – e as fronteiras do Império eram desconhecidas para a maior parte das pessoas, já que abarcavam desde a Europa setentrional até o norte da África.¹² A burocratização e a formação patriarcal das

8. Veja-se a surpreendente dimensão das palavras de Bakhtin, ao identificar a autobiografia com um ato verbal, oral, não necessariamente escrito. Ora, esse tipo de proposição põe em discussão não só o modelo teórico da autobiografia lejeuniana (narrativa em prosa), mas também a própria noção de literatura, incorporando a ela registros não escritos (BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 251).

9. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 252.

10. Também nesse sentido argumenta Jean-Pierre Vernant (1995) no seu estudo intitulado *El hombre griego*.

11. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 253.

12. As estimativas de Paul Veyne (2010) apontam que Roma deveria ter pelo menos quinhentos mil habitantes, podendo chegar ao dobro desse número, e o Império Romano, na sua totalidade, contasse algo em torno de cinquenta milhões de habitantes, podendo esse número variar até o dobro (VEYNE. *História da vida privada, 1: Do Império Romano ao ano mil*, p. 14).

bases do poder levam, então, a autobiografia para outra dimensão que não aquela da praça grega, mas para aquela que constituía a base da organização romana: a família.

As autobiografias e as memórias romanas se elaboram de acordo com outro cronotopo real. Foi a *família* romana que lhes deu o fundamento da vida. A autobiografia, aqui, é um documento da consciência familiar e ancestral. [...] Os ancestrais eram representantes do ideal nacional. A consciência era orientada para uma lembrança concreta da linhagem e da ascendência, e ao mesmo tempo é orientada para a hereditariedade.¹³

Nas autobiografias romanas o que interessa ser contado tem relação com a família e a hereditariedade e não com a atuação pública somente, como acontecia entre os gregos, e tampouco com o que o autobiógrafo significava enquanto indivíduo, personalidade etc. O essencial (para a autobiografia moderna) ainda não havia se desenvolvido: a *noção de privado*. Mesmo a terra, embora fosse destinada ao usufruto daqueles que a ocupavam, pertencia não a este ou aquele membro da família, mas a todo o grupo familiar. A importância da família e dos antepassados era tal que a venda da terra familiar era proibida, pois os antepassados mortos estavam enterrados sob ela.¹⁴ Temos, pois, novamente um modelo de autobiografia baseado numa ideia de

coletividade, em que o centro da história a ser narrada não é um indivíduo ou a sua trajetória, mas a trajetória de um certo grupo do qual esse indivíduo é participante.

Durante a Idade Média, por sua vez, é a cristandade que assume o lugar da família romana e da *pólis* grega. Como aponta Leonor Arfuch,

[d]o lado do sagrado, a persistência do modelo das *Confissões* de Santo Agostinho (c. 397) dava por certo sua precedência em relação ao achado de um *eu*, embora sua preocupação fosse menos a singularidade da vida terrena do que a virtude piedosa da comunidade.¹⁵

Aqui, novamente, não há espaço para o indivíduo compreendido no sentido moderno, enquanto individualidade. A vida comunal e, sobretudo a ideia de integração numa totalidade cristã da qual, em último caso, todos os cristãos ocidentais faziam parte, é que forneciam as bases (divinas) da sociedade. Lembremo-nos ainda do instituto da servidão, no qual o indivíduo, mas não só ele, como toda a sua família, estava ligado à terra e a seu Senhor; quer dizer, a obrigação para com o Senhor recaía sobre a coletividade representada pela família ligada à terra e não sobre o indivíduo em si, e, em última análise, todos colaboravam na obra de Deus, o que justificava toda a organização e divisão social. Nesse sentido, o modelo autobiográfico do período

13. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 256.

14. VÉRAS NETO. *Direito Romano Clássico*, p. 89.

15. ARFUCH. *O espaço biográfico*, p. 41.

constituía-se a partir daquilo que era comum a todos os cristãos, podendo mesmo ser a história de um cristão, como de vários, ou, como propõe De Mijolla, “numa espécie de autobiografia de todo cristão”.¹⁶ Para Jean Marie Goulemot, “a temática das obras refere-se prioritariamente ao coletivo, quer se trate do mundo feudal engajado na defesa da cristandade ou nas lutas fratricidas, quer se trate da corporação dos clérigos”.¹⁷

É somente com o advento do século XVIII e a ascensão da burguesia, portanto, que ocorrem modificações significativas na direção do privado. A doutrina professada pela burguesia revolucionária é a liberal e “[s]uas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo”.¹⁸ A busca coletiva pela salvação que levou milhares às Cruzadas foi substituída pela busca individual pela felicidade – e mesmo pela salvação, desde Lutero e com o advento do protestantismo. Movimento análogo acontece nas autobiografias, direcionando-as ao íntimo, aos espaços privados e fechados.¹⁹ Essa nova orientação em direção ao particular promove uma relação do indivíduo “consigo mesmo, com o próprio ‘eu’, sem testemunhas, sem a cessão do direito da palavra a um ‘terceiro’, seja quem ele for”.²⁰ As autobiografias passam, então, a centrar-se no indivíduo e não mais sobre uma noção de

coletividade, de vida pública, como ocorria entre os gregos e romanos. Logo, essas modificações são

[m]anifestações paralelas de uma mudança mais ampla – aquela vasta transformação da civilização ocidental desde o Renascimento que substituiu a visão unificada de mundo da Idade Média por outra muito diferente, que nos apresenta essencialmente um conjunto em evolução, mas sem planejamento, de indivíduos particulares vivendo experiências particulares em épocas e lugares particulares.²¹

A preponderância do indivíduo e o movimento de secularização da sociedade, os mesmos que justificam o surgimento do romance moderno nos termos propostos por Ian Watt, promovem as mudanças da autobiografia. Tanto o *Robinson Crusoe* de Defoe quanto as *Confissões* de Rousseau foram publicados no século XVIII e partilham, por vias diferentes, do mesmo objetivo: “a elaboração do que se pretende um relato autêntico das verdadeiras experiências individuais”.²² São essas experiências individuais o primeiro ponto de contato do romance e da autobiografia.

PONTOS DE CONTATO

Como explicitado na seção anterior, o século XVIII é profundamente marcado pelo desenvolvimento da noção de privado: “De repente, a visão do sujeito adquire importância.

16. DE MIJOLLA apud ARFUCH. *O espaço biográfico*, p. 42.

17. GOULEMOT. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, p. 361.

18. HOBBSAWN. *A era das revoluções*, p. 326.

19. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 261.

20. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 262.

21. WATT. *A Ascensão do Romance*, p. 33.

22. WATT. *A Ascensão do Romance*, p. 29

Contra a opinião pública, sua visão, sua palavra, são apresentadas como garantias da verdade do que é dito”.²³ Sai de cena o conhecimento revelado pela Providência; agora a busca do conhecimento cabe ao indivíduo e a verdade pode ser afiançada pelas suas palavras. Ora, esse processo de individualização e afirmação do privado estende-se, de maneira geral, a toda a literatura na passagem do século XVII para o XVIII:

[...] é a apropriação narrativa da nova prática romanesca por um sujeito que cria um efeito de verdade. Porque um sujeito fala com sua própria voz aceitamos como verdadeiro o que ele nos conta sobre seu destino. O que fundamenta a verdade de seu relato é o íntimo, o privado, o que está além do público.²⁴

Poderíamos dizer, a partir do que foi exposto, que o historiador francês refere-se à autobiografia; todavia, a citação acima refere-se ao romance. Goulemot (2009) conclui: “é necessário pensar a evolução do romance nesse final do século XVII como um todo, pelo qual o privado se afirma como essencial: fundamento da verdade do que é contado ou causalidade verdadeira da história”.²⁵ O maior reflexo da força do argumento individual como fundamento da verdade, segundo o historiador, está justamente no desenvolvimento do romance em primeira pessoa, caso de *Robinson*

Crusoé. E *Robinson Crusoé* não poderia ser a autobiografia dessa personagem de ficção?

Ora, assim como no romance de Defoe, a autobiografia retira sua verdade do indivíduo. Logicamente, aqui há uma diferença importante: a “verdade” da autobiografia surge a partir de um indivíduo empírico, de carne e osso. Se o romance opera “toda uma *mise-en-scène* com o objetivo de criar o efeito de verdade do texto literário”²⁶ – o que se convencionou chamar pelo nome de realismo formal²⁷ –, a autobiografia busca sua base de sustentação (ou sua verdade) na experiência de um indivíduo real, empírico, que traduz em si e confirma tudo aquilo que ali está escrito. A diferença (em termos ideais), poder-se-ia dizer, estaria naquilo que Lejeune chamou de *verossimilhança* (romance) e *semelhança* (autobiografia).

Estabelecendo suas verdades, portanto, a partir da nova noção dominante de individualidade, romance e autobiografia adquiriram – no menos no período – o aspecto de formas altamente contestadoras e revolucionárias. Ora, contra toda uma tradição literária de distanciamento da qual a épica é a principal representante,²⁸ o romance promove

transformações radicais na estrutura da representação literária, que adquire uma atualidade específica. Ela entra em

23. GOULEMOT. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, p. 382.

24. GOULEMOT. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, p. 383.

25. GOULEMOT. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, p. 385.

26. GOULEMOT. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, p. 382.

27. Para Watt, “a premissa, ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da vida humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias” (*A Ascensão do Romance*, p. 34).

28. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 408.

relação – numa ou outra forma ou medida – com aquele acontecimento da vida que está se desenvolvendo agora, ao qual também nós – autor e leitores – estamos ligados de maneira substancial.²⁹

A autobiografia moderna, assim como o romance, acompanha esse desenvolvimento da ideologia burguesa contestadora dos valores medievais e antigos, proclamando a centralidade e a proeminência do indivíduo, e, juntamente com as memórias e diários íntimos, torna-se “um espaço de autorreflexão decisivo para a consolidação do individualismo como um dos traços típicos do Ocidente”.³⁰ Nesse sentido, a autobiografia de Rousseau

[s]erá também o manifesto de um homem do terceiro estado, que afirma que os acontecimentos de sua consciência e de sua vida pessoal têm uma importância absoluta e que, sem ser príncipe ou bispo ou arrematante de impostos, não tem menos o direito de reclamar a atenção universal.³¹

Starobinski tocou no ponto essencial da autobiografia do século XVIII: ela é um manifesto do indivíduo contra a universalidade e, mais do que isso, é a tomada de voz daquele que nunca a teve em lugar algum. O indivíduo do terceiro estado, o burguês, reclamava seu espaço entre nobres e clérigos. É por isso que tanto o romance moderno quanto a autobiografia têm gênese muito semelhante. São duas

formas altamente revolucionárias, contestam os valores literários vigentes até então, impondo como novos paradigmas a vida comum e dessacralizada, a verdade individual. A burguesia, o século XVIII, o surgimento do indivíduo enquanto paradigma da sociedade (e da literatura) constituem-se, portanto, em pontos de contato entre romance e autobiografia. O romance e a autobiografia moderna nascem praticamente juntos, no século XVIII. Philippe Lejeune separou as duas formas, opondo-as a partir de suas estruturas internas. Façamos, então, o movimento contrário.

POR UMA DIALÉTICA DAS FORMAS: O ROMANCE E A AUTOBIOGRAFIA

Há alguns anos Roberto Schwarz escreveu um ensaio a respeito de *Verdade Tropical*, referindo-se a ele, em dado momento, como uma “autobiografia quase-romance”.³² Parece que, sem ter tal intenção, Schwarz aponta a direção final para a qual se encaminha o presente estudo, quer dizer, a aproximação do romance e da autobiografia. Logicamente essa aproximação não é isenta de intenções. A principal delas é a de problematizar a proposta lejeuniana de recepção da autobiografia como um texto referencial que expressa a verdade de fatos ocorridos e verificáveis empiricamente e na qual se estabelece uma relação, um pacto de leitura, entre o autor e o leitor.

29. BAKHTIN. *Questões de Literatura e Estética*, p. 420.

30. ARFUCH. *O espaço biográfico*, p. 36.

31. STAROBINSKI. *Jean Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*, p. 192

32. SCHWARZ. *Martinha versus Lucrecia*, p.85.

Como aponta Franco Moretti, as formas literárias desenvolvem-se num “campo de possibilidades aleatórias, não orientadas e coexistentes”.³³ Ora, neste ensaio procurei demonstrar, a partir de uma perspectiva histórica, que a autobiografia e o romance – e de maneira mais ampla o Ocidente – passaram por modificações profundas no século XVIII. E diria mais, as duas formas influenciaram-se mutuamente. A coexistência de tais formas possibilitou, no romance, por exemplo, a apropriação da narrativa em primeira pessoa típica da autobiografia,³⁴ bem como a apropriação de formas do gênero autobiográfico, como diários, epístolas etc. O próprio *Bildungsroman*, o romance de formação, é um romance que obedece a uma forma tipicamente autobiográfica, em que é “o desenrolar de uma vida que rege a construção e representação do universo diegético, cuja concepção é não raro indissociável da experiência pessoal do escritor”.³⁵

Com a autobiografia não é diferente. As diferentes formas do gênero autobiográfico – e a autobiografia mais especificamente – também se apropriaram das práticas romanescas. É o caso das autobiografias narradas em terceira pessoa, a *narração heterodiegética*. Para Carlos Reis, “o narrador heterodiegético constitui uma entidade largamente privilegiada, nos planos quantitativo e qualitativo, coincidindo o recurso a semelhante tipo de narrador com alguns dos mais salientes momentos da história do romance”.³⁶

É por isso que Lejeune considera a narração em terceira pessoa um caso excepcional na autobiografia, de maneira que o importante recai sobre o caso “mais frequente, o da autobiografia clássica em primeira pessoa”.³⁷

Essas apropriações são ainda mais evidentes no caso de autores ditos modernistas, como é o caso de Augusto Meyer, por exemplo. Nessas autobiografias há nítida intenção de problematizar a escrita autobiográfica pela intrusão de elementos assumidamente ficcionais (para Lejeune, romancescos). É o que se pode notar na seguinte passagem dos *Segredos da Infância*, por exemplo:

- Buenas, dona Rosa, andamo campeando Fulano. Diz que varou por estas bandas, a senhora arreparou?

É esta frase, que não pertence ao domínio da realidade vivida e não foi ouvida por mim, mas apenas imaginada agora, por sugestão do relato, parece-me necessária, fatal, tocada ao menos de uma aura de verossimilhança, como as vozes campeiras que ressoam num conto de Alcides Maya, ou num caso de Blau Nunes.³⁸

Frase imaginada; conto; verossimilhança: justamente aquela categoria que Lejeune refutava no seu modelo teórico. Tudo isso dá ares de invenção à autobiografia e levanta a pergunta: alguma vez uma autobiografia foi um

33. MORETTI. *Signos e estilos da modernidade*, p. 312.

34. Segundo Carlos Reis, a chamada narrativa *autodiegética* possibilita muitas vezes “um relato não raro dotado de ressonâncias autobiográficas, como precisamente se verifica nos exemplos mencionados do *Lazarillo de Tormes* e de *Robinson Crusoe*” (REIS. *Dicionário de narratologia*, p. 260).

35. REIS. *Dicionário de narratologia*, p. 38.

36. REIS. *Dicionário de narratologia*, p. 263

37. LEJEUNE. *O pacto autobiográfico*, p. 22.

38. MEYER. *Segredos da Infância*, p.22.

discurso referencial, científico, histórico, verificável, como propôs Philippe Lejeune?

Parece, pois, que nessa dialética das formas, a autobiografia apropriou-se de diversas técnicas discursivas, sejam elas científicas, romanescas ou poéticas (Carlos Nejar diz que Augusto Meyer, ao prosar, poetiza), e influenciou outras formas, como o romance e mesmo a poesia.³⁹ Como seria possível, então, separar e opor *a priori* duas categorias (pacto autobiográfico x pacto romanescos; semelhança x verossimilhança) como se elas não dialogassem entre si, não se influenciassem mutuamente e, mesmo por causa disso, não se alterassem e modificassem? A análise estruturalista proposta por Lejeune, a partir de elementos intrínsecos ao texto autobiográfico, fez com que o crítico concluísse por sua oposição ao texto romanescos por dualidade. Contudo, faltou ao teórico francês considerar as condições históricas e sociais das formas, suas trocas, seus pontos de contato, enfim, a dialética que as põe em relação. Nesse sentido o binarismo perde espaço para a complexidade e as formas mostram-se mais próximas do que se poderia supor. Dentro de uma perspectiva evolutiva morettiana, parece que a autobiografia encontrou sua forma de sobrevivência (assim como o romance) não se distanciando deste e opondo-se discursivamente a ele, mas através da incorporação das técnicas romanescas. Ao fim e ao cabo, a *autobiografia*

quase-romance a que se refere Schwarz parece intuir essa dialética presente nas formas e pode ser uma via a ser explorada na compreensão do fenômeno autobiográfico que toma corpo ao longo dos séculos XIX e XX.

Recebido: 13-08-2018.

Aceito: 23-11-2018.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: HUCITEC, 1988.

CANDIDO, Antônio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária). **Revista de História**. Ano 25, tomo 3, volume 50, n.º 100, São Paulo, out/dez. 1974.

GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcus Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

39. SOUZA. *Boitempo: a poesia autobiográfica de Drummond*.

_____. **A Era do Capital** (1848 – 1875). Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **A Era dos Impérios** (1875 – 1914). Trad. Sieni Maria Campos et al. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LEJEUNE, Philippe. **Le Pacte Autobiographique**. Paris: Seuil, 1996.

_____. **O Pacto Autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MEYER, Augusto. **Segredos da Infância; No Tempo da Flor**. Porto Alegre: IEL/Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu**. Trad. Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Signos e Estilos da Modernidade**: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, Carlos. **Dicionário de Narratologia**. Coimbra: Almedina, 1990.

SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Raquel Rolando. **Boitempo**: a poesia autobiográfica de Drummond. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

STAROBINSKI, Jean. **Jean Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VÉRAS NETO, Carlos Quintanilha. Direito Romano Clássico: seus institutos jurídicos e seu legado. In: WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

VERNANT, Jean-Pierre. El hombre griego In: VERNANT, Jean-Pierre. **El hombre griego**. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 9-31.

VEYNE, Paul. **História da vida privada, 1**: Do Império Romano ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZANONE, Damien. **Écrire son temps**: les Mémoires en France de 1815 à 1848. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2006.